



GEDES

Grupo de Estudos de Defesa
e Segurança Internacional

OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS

INFORME BRASIL Nº 33/2018
Período: 15/09/2018 – 21/09/2018

GEDES – UNESP

- 1- Intervenção federal no Rio é tema de debates
- 2- Jornalistas comentam presença de militares na política
- 3- Centro de Lançamento de Alcântara pode ser comercializada para países estrangeiros
- 4- Cresce a inclusão de patentes militares no nome utilizado por candidatos na urna eleitoral
- 5- Vice de Jair Bolsonaro fez relação entre formação familiar e violência em áreas carentes do Brasil
- 6- Presidenciável pretende conceder cargos administrativos a militares

1- Intervenção federal no Rio é tema de debates

Em coluna opinativa para o periódico *Folha de S. Paulo*, Silvia Ramos e Anabela Paiva, coordenadoras do Observatório da Intervenção da Universidade Candido Mendes comentaram sobre a intervenção federal na segurança pública no estado do Rio de Janeiro. Segundo as coordenadoras, o dispositivo de intervenção é problemático e uma medida de força, considerando a presença de um general do Exército no cargo de interventor um agravante. Para Ramos e Paiva, “a entrega do comando da segurança pública às Forças Armadas tem sido uma aventura amarga em alguns países, além de evocar o sombrio período da ditadura militar brasileira”. Conforme afirmaram na coluna, os indicadores de segurança pública são negativos e as abordagens que foram utilizadas para lidar com a violência e criminalidade seguem a lógica de guerra, utilizando tropas de combate e grandes operações sob o comando do Exército. Segundo as coordenadoras, desde o início da intervenção, poucas foram as estratégias de inteligência, procura de diálogo com a população e redução de mortes. De modo contrário, a empresária e presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro, Angela Costa, em artigo de opinião para a *Folha de S. Paulo*, defendeu a prorrogação da intervenção federal no estado. Costa afirmou que o agravamento da situação da segurança pública nos últimos tempos, a incapacidade dos órgãos estaduais de segurança, o grande número de policiais assassinados por criminosos e uma séria crise moral e ética foram os motivos que levaram o governo do estado a pedir a ajuda da União, que veio por meio da intervenção. Segundo Costa, a intervenção deve ser estendida para que “colha mais frutos” das mudanças que terá no futuro, foi

necessário tempo para “vencer entraves jurídicos para dar legalidade e sustentabilidade às ações operacionais da tropa”, além da burocracia enfrentada na compra de equipamentos de investigação criminal, veículos blindados, armamentos e munição. (Folha de São Paulo – Opinião – 15/09/18)

2- Jornalistas comentam presença de militares na política

Em coluna opinativa para o periódico *Folha de S. Paulo*, o jornalista Hélio Gasparini comentou a crescente presença de militares na cena política nacional e seu reconhecimento pela população. Segundo Gasparini, tal reconhecimento indica que “algo estranho está acontecendo”, podendo estar vinculado à atuação dos militares na política. Conforme a coluna, a associação entre a presença de militares no cenário político e a resolução de problemas e instabilidades em diferentes setores é falha, pois resulta em uma “anarquia militar”. O jornalista exemplifica citando as revoltas ocasionadas por Floriano Peixoto e pelos generais durante os anos de 1946 e 1964 e durante o regime militar (1964-1985). Em coluna opinativa para o periódico *O Estado de S. Paulo*, o colunista Fernão Lara Mesquita analisou a participação militar na política. De acordo com Mesquita, ainda que o militar seja sem dúvida um cidadão, as características das funções que carrega, vinculadas ao exercício do monopólio da violência do Estado, faz com que lhe sejam impostas grandes restrições no que se refere à participação no debate político. Para o colunista, é prudente manter esta separação, uma vez que experiências históricas demonstram que o poder corrompe. Deste modo, caso um militar queira empreender uma carreira política deve se desligar da instituição. De acordo com Mesquita, as Forças Armadas brasileiras que, desde 1985, estão respeitando irrestritamente este imperativo, dão sinais de mudança. Segundo o jornalista, esses limites da participação política dos militares parecem estar cada vez mais tênues, diante das recorrentes declarações feitas por membros da instituição. Entretanto, isto não representa a busca individual ou da instituição pelo poder, mas sim reações a candidatos de esquerda, cujos posicionamentos, na interpretação do colunista, são contrários à democracia. (Folha de São Paulo – Eleições 2018 – 16/09/18; (O Estado de S. Paulo – Espaço Aberto – 18/09/18)

3- Centro de Lançamento de Alcântara pode ser comercializada para países estrangeiros

De acordo com o periódico *Folha de S. Paulo*, a Força Aérea Brasileira (FAB) pretende comercializar as bases de lançamento do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA). O país pretende ceder o “direito de operar” para empresas dos Estados Unidos, China e Rússia, que têm tradição no setor. Segundo estimativas, seria possível arrecadar 140 milhões de reais por ano, o que é cinco vezes a mais que o valor investido pela União no programa espacial. Conforme o jornal, o plano prevê a criação de uma empresa pública ligada ao Ministério da Defesa, a Alada, com o custo inicial de 1 milhão de reais, que reduziria a burocracia agilizando o fechamento de contratos com estrangeiros, arrecadaria as taxas e reinvestiria o valor no programa espacial. Segundo a FAB, não se trata de um aluguel, mas de um direito de operar, assim como as companhias aéreas. Sobre o assunto, o presidente da Comissão de Coordenação de Implantação de Sistemas Espaciais, o major-brigadeiro Luiz Fernando de Aguiar, afirmou de forma eloquente: “nós vamos ceder ou

entregar um pedaço de Alcântara aos Estados Unidos? Nós vamos [deixar] fincar uma bandeira aqui e vamos embora? Nada disso”. De acordo com Aguiar, diferentemente da proposta de 2001, na qual declarou ser muito desigual, o novo acordo é “mais palatável” e pode ser aprovado pelo Congresso Nacional. De acordo com o periódico, para ser viabilizado comercialmente, a CLA passou por uma série de obras e modificações na área de segurança, que foram necessárias após o acidente de 2003, quando o foguete brasileiro Veículo Lançador de Satélites (VLS) se incendiou na própria torre matando 21 engenheiros e técnicos. (Folha de São Paulo – Ciência – 17/09/18)

4- Cresce a inclusão de patentes militares no nome utilizado por candidatos na urna eleitoral

De acordo com o periódico *O Estado de S. Paulo*, 533 candidatos incluíram suas patentes ou graduações militares no nome usado na urna eletrônica para as eleições de 2018. O número é 39% maior do que o verificado em 2014. Segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), 135 candidatos com graduações e patentes militares são do partido do presidente Jair Bolsonaro, o Partido Social Liberal (PSL), e outros 37 são do Patriota, partido do candidato à presidência Cabo Daciolo. De acordo com o cientista político da Fundação Getúlio Vargas (FGV-SP) Eduardo Grin, a onda conservadora e o fenômeno Bolsonaro “fortalece candidatos associados a essas agendas. E a sociedade acaba entendendo a segurança não como tema de prevenção, mas de punição. É uma construção no imaginário do eleitor”. O cientista político afirmou que há uma associação de autoridade, disciplina e ordem como algo contrário à corrupção. (O Estado de São Paulo – Política – 17/09/18)

5- Mourão relacionou formação familiar e violência em áreas carentes do Brasil
Segundo os periódicos *O Estado de São Paulo* e *Folha de São Paulo*, no dia 17/09/18, o general da reserva do Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB) e candidato à vice-presidência da República, Hamilton Mourão, durante uma palestra para empresários em São Paulo, afirmou que o mundo está vivendo uma crise de costumes, em particular a sociedade brasileira, na qual, segundo o candidato, as famílias são dissociadas, gerando problemas sociais. Segundo Mourão, as famílias em que “não há pai e avô, mas, sim, mãe e avó” são “fábrica de desajustados”, que servem de mão de obra para o narcotráfico. O general defendeu investimentos em saúde, segurança e infraestrutura como instrumentos de combate ao crime nas favelas. Durante a palestra, Mourão também fez crítica à política externa utilizada pelos governos petistas de proximidade com economias de países emergentes, afirmando que neste período “nós nos ligamos com toda a mulambada, me perdoem o termo, do lado de lá e de cá do oceano na diplomacia Sul-Sul”. (Correio Braziliense – Política – 20/09/18; Folha de São Paulo – Política – 18/09/18; Estado de S. Paulo – Política – 18/09/18; Estado de S. Paulo – Política – 20/09/18)

6- Presidenciável pretende conceder cargos administrativos a militares

Segundo o periódico *Folha de S. Paulo*, o candidato à presidência da República pelo Partido Social Liberal (PSL), Jair Bolsonaro, planeja entregar as áreas de infraestrutura e regulação a militares, caso seja eleito. No dia 17/08/19, o conselheiro econômico do candidato, Paulo Guedes, participou de

uma reunião fechada para discutir o tema com o chamado Grupo de Brasília, composto por militares da reserva interessados nas propostas de Bolsonaro e liderado pelo general da reserva Osvaldo Ferreira. Após essa reunião, ficou decidido que um grupo de militares assumiria a liderança das questões de infraestrutura e regulação em um futuro governo do candidato. Entre as propostas da reunião destaca-se a possibilidade do general Ferreira assumir o cargo de ministro dos Transportes, a continuação de projetos de rodovias parados e o leilão de autorizações estatais, principalmente para construções de rodovias. (Folha de S. Paulo – Eleições 2018 – 21/09/18)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

*Informamos que as colunas opinativas da Folha de S. Paulo e o conteúdo na íntegra do Correio Braziliense e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe:

Beatriz Santana Vieira (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Bruce Scheidl Campos (Supervisor, mestre em Relações Internacionais); Bruna Carolina da Silva Souto (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); David Succi Junior (Supervisor, doutorando em Relações Internacionais, bolsista CAPES); Débora Maria dos Reis Pinto (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Gabriela Fideles Silva (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Giulia Botossi Gomes (Supervisora, graduada em Relações Internacionais); Heed Mariano Silva Pereira (Supervisora, graduada em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, doutora em Relações Internacionais); Laura Meneghim Donadelli (Supervisora, doutoranda em Relações Internacionais, bolsista CAPES); Leonardo Dias de Paula (Supervisor, mestrando em Relações Internacionais, bolsista CAPES); Leonardo Molina Ferreto (Redator, graduando em Relações Internacionais); Solano Pereira d'Oliveira (Redator, graduando em Relações Internacionais).